

**Ética, cidadania e
formação de valores
na sala de aula**

Marcos Cordioli

A Casa de Asterion

Ética, cidadania e formação de valores na sala de aula

Marcos Cordioli

A Casa de Asterion

Curitiba - 2009

© Marcos Cordioli

Fotos: Marcos Cordioli

Diagramação: Shelby Programação Visual

Contatos com o autor:

email: marcos.cordioli@gmail.com

fone: +55 (41) 9962 5010

home page: cordioli.wordpress.com

home page: marcos.cordioli.sites.uol.com.br

twitter: twitter.com/marcoscordioli

myspace: www.myspace.com/marcoscordioli

facebook: marcos cordioli

Ética, cidadania e formação de valores na sala de aula / Marcos
Cordioli – Curitiba: A Casa de Astérion, 2009.

I. Gestão do Trabalho Pedagógico em Sala de Aula. II.
Ética na sala de aula. III. Cidadania. IV. Educação
Ambiental. V. Preconceito. VI. Educação para o
consumo. VI. Marcos Cordioli.

Sumário

Apresentação	9
A ética e construção da cidadania: um antigo debate em uma nova realidade	11
Valores nas instituições escolares: ensino ou formação?...21	
O professor preconceituoso	27
Consumo consciente	31
A formação de valores e a questão ambiental	35

Títulos do autor pelo selo *A Casa de Asterion*

Currículo, cultura escolar e gestão do trabalho pedagógico [2004];

A formação de valores e padrões de conduta na sala de aula (notas para um debate conceitual sobre transversalidade) [2006];

Os projetos como forma de gestão do trabalho pedagógico em Sala de Aula [2006];

A relação entre disciplinas em Sala de Aula (a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade) [2002];

Saber e conhecimento: um contraste necessário (para formulação das propostas curriculares e a gestão do trabalho pedagógico) [2006];

Ética, cidadania e formação de valores na sala de aula [2009];

A legislação Curricular Brasileira [2009].

O texto “A ética e construção da cidadania: um antigo debate em uma nova realidade” foi publicado como: CORDIOLLI, Marcos. A ética e construção da cidadania: um antigo debate em uma nova realidade. Anais do I Congresso Nacional de Educação. 15 a 20 Abr. 2002. Santa Rosa (RS).

O texto “Consumo consciente” é uma entrevista publicada na revista da Escola Lúmen de Curitiba.

O texto “A formação de valores e a questão ambiental” foi na revista do Grupo Educacional Opet.

“Um professor sempre afeta a eternidade. Ele nunca saberá onde sua influência termina.”

Henry Adams (1838-1918)
Historiador americano

Para J. Olímpio

Sobre o Autor

Marcos Cordioli é graduado em História (UFPr, 1988) e mestre em Educação: história e filosofia da educação (PUC-SP, 1997).

É professor universitário de graduação (desde 1994), de especialização *latu sensu* (em mais 20 IES); de mestrado (em uma IES); atua na qualificação docente (desde 1994 e prestou serviços para mais 50 redes públicas e dezenas de escolas particulares em 18 estados);

É consultor em gestão do trabalho pedagógico e proposições curriculares na Educação Básica (com serviços prestados para dezenas de instituições) e Superior (com trabalhos prestados para mais de 20 IES);

É palestrante e conferencista (atuou em mais 300 eventos); consultor técnico de publicações didáticas (prestou serviços para mais de uma dezena de editoras) e de sistemas de ensino (prestou serviços para a maioria dos grandes empresas do país);

É consultor pedagógico na área de Educação Corporativa (prestou serviços para empresas na área de refino de petróleo e montadoras automotivas).

Publicou artigos, livros e materiais didáticos (na área de informática e história e geografia para Ensino Fundamental e médio).

É cineasta. Produtor Associado do filme *O Sal da Terra* (Brasil, 2008) de Eloi Pires Ferreira. Diretor de Produção (com Elói Pires Ferreira) de *Conexão Japão* (Brasil, 2008) de Talício Sirino. Produtor Executivo de *Curitiba Zero Grau* (Tigre Filmes e Labo), *Brichos: a floresta é nossa* (Tecnokena) ainda em produção.

Contato com a Autor

email: marcos.cordioli@gmail.com

fone: +55 (41) 9962 5010

home page: cordioli.wordpress.com

home page: marcos.cordioli.sites.uol.com.br

twitter: twitter.com/marcoscordioli

myspace: www.myspace.com/marcoscordioli

facebook: [marcos cordioli](https://www.facebook.com/marcoscordioli)

Esta publicação reúne textos escritos em momentos diferentes para plataformas distintas. No entanto, representam formas de apreender as situações de formação de valores e padrões de conduta nos processos de gestão do trabalho pedagógico em sala de aula.

Optei por manter a forma original como os textos foram escritos e publicados. Mesmo que com isto o leitor encontre algumas repetições ou simplificações.

O primeiro texto “A ética e construção da cidadania: um antigo debate em uma nova realidade” foi utilizado nas aulas da disciplina “Ética e construção da cidadania” em muitos cursos de pós-graduação *latu sensu*. A versão desta publicação é a dos anais do I Congresso Nacional de Educação. Realizado em Santa Rosa (RS) em abril de 2002.

O texto “Valores nas instituições escolares: ensino ou formação?” foi produzido para responder a vários questionamentos de um fórum de discussão promovido pelo site Prof do Marco Ferraz e Marília Fanucchi.

O texto “O professor preconceituoso” foi escrito como resposta a uma série de perguntas recorrentes em minhas palestras e conferências. Circulou também como publicação digital.

O “consumo consciente” é uma entrevista publicada na revista da Escola Lúmen de Curitiba. Esta instituição tem se destacado por tratar com seriedade e criatividade de temas pedagógicos contemporâneos.

“A formação de valores e a questão ambiental” foi encomendado pela minha amiga Aline Gonçalves para a

revista do Grupo Educacional Opet. A publicação possibilitou um retorno grande de professores comentando e discutindo este texto.

Marcos Cordioli

Inverno de 2009

A ÉTICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UM ANTIGO DEBATE EM UMA NOVA REALIDADE

Marcos Cordioli

“Vivemos numa época perigosa. O homem domina a natureza antes que tenha aprendido a dominar-se a si mesmo.” Albert Schweitzer

Os temas de ética e de cidadania na educação não são inéditos, porém não se encontram esgotados, representando mesmo temas palpantes e atuais. Todo professor _praticamente sem exceção_ trata diariamente, de forma direta ou indireta, de valores e normas de conduta em suas atividades na sala de aula. Inobstante tal prática, todos os dias observamos fatos que evidenciam que a sociedade convive com profundos problemas de conduta que se opõem não só à ética como ao exercício da cidadania. Cabe então perguntar: será que ética não se aprende na escola? Os professores, no seu ofício, não contribuem para a construção da cidadania? Caso as respostas sejam afirmativas, então a escolarização não estaria falhando quanto a estes objetivos?

As respostas a estas questões são complexas e precisam de algumas balizas mais amplas. A primeira delas é a constatação de que os seres humanos constituem a sua humanidade em coletivos e que estes são produtores e

Publicado como: CORDIOLI, Marcos. A ética e construção da cidadania: um antigo debate em uma nova realidade. Anais do I Congresso Nacional de Educação. 15 a 20 Abr. 2002. Santa Rosa (RS).

produtos de uma rede de relações e situações que faz de nós uma construção social e histórica. O ser humano está imerso num processo de socialização das idéias, dos hábitos, dos sentimentos e dos valores, e a sua individualização se constitui pelas interações que se processam com os diversos grupos com os quais se relaciona, como os de sua geração, de classe social, de etnia, de religião, etc. Dessa forma, a sua herança genética é potencializada e desenvolvida no âmbito da interação de relações sociais e históricas.

Podemos, então, afirmar que as sociedades formam as novas gerações num processo de socialização que também se altera constantemente. A socialização permite ao indivíduo lidar com três elementos fundamentais da vida em sociedade.

O primeiro é o alcance da ação dos indivíduos e dos grupos sociais, devendo-se observar que essa ação é determinada pelo coletivo, delimitada por direitos e deveres e expressa em regras (formais ou informais). Assim sendo, cada sociedade define uma forma de ver e sentir o mundo e portanto, determina a ação de seus indivíduos a partir dessa concepção. A sociedade procura moldar os indivíduos a uma forma padrão, utilizando as normas como mecanismos de coerção. Assim, o espaço de ação de um indivíduo¹, é o espaço de sua cidadania. Os grupos sociais - como igrejas, partidos políticos, clubes, etnias - também procuram determinar espaços de ação para os seus membros, através de regras e mecanismos de coerção próprios, restringindo a ação destes indivíduos. Estes mecanismos podem tanto coibir como proteger o processo de humanização de nossa espécie, pois se, por um lado, evitam que a barbárie impere a cada divergência entre indivíduos e grupos, por outro, essa mesma coerção protege privilégios e interesses de grupos dominantes e/ou hegemônicos.

Cada sociedade ou grupo social cultiva um conjunto de valores, os quais se sustentam e se articulam a partir de

sua forma de ver e sentir o mundo. Estes conjuntos de valores interagem com as regras sociais, às vezes reforçando-as ou entrando em contradição com elas.

Os indivíduos, por sua vez, mesmo sendo produtos de um processo de socialização, internalizam a forma de ver e sentir o mundo, tanto quanto às normas de conduta quanto aos valores, de maneira muito particular. Cada indivíduo é um nexo particular e ímpar do conjunto de relações sociais e interações sob as quais vive. É neste processo que a pessoa, ao se humanizar, distancia-se do caráter gregário de sua origem enquanto espécie, o que permite a cada um de seus membros uma individualização. Desta maneira, cada indivíduo constitui uma forma própria de conceber os valores, compondo uma visão das regras sociais, a partir das quais orienta a sua ação na sociedade. Este conjunto de valores e sua forma de conceber a sua ação social nós denominamos de ética.

Pensar, pois, a constituição de um código de ética e a preparação para a cidadania a partir da escola é refletir sobre o conjunto de instrumentos de formação que socializam a cultura para uma nova geração. Tal ação implica, concomitantemente, participar da individualização de cada ser humano, fazendo com que este assuma determinadas formas de ver e sentir o mundo, elaborando o seu conjunto de valores e munindo-se de determinados instrumentos mentais para analisar, refletir, planejar e decidir as suas ações.

Tradicionalmente, a escola tem buscado para si a tarefa de dotar os alunos de uma ética humanista e da consciência dos deveres e direitos para com a sociedade. Esta tarefa compreende-se, de uma forma geral, como a de convencer o aluno de certos valores e de determinadas formas de agir.

Nos últimos anos, porém, temos os professores constatado que está cada vez mais difícil “convencer” os alunos sobre determinados valores. Alguns professores

têm culpado os problemas familiares, outros a televisão e muitos têm responsabilizado a ambos. Um breve arrolamento de problemas constatados em nosso país, mostra o crescimento assustador de determinadas formas de conduta que a escola reprova e reputa como indignas daqueles que a freqüentaram. Por outro lado isso se reflete no interior da escola, com o aumento significativo da indisciplina e do seu duplo: o desinteresse pela aprendizagem escolar.

Temos proposto investigar esta problemática a partir de uma reflexão sobre o processo de socialização / formação de nossa sociedade, para então repensar o papel da escola diante dessa situação.

Partimos da constatação de grandes mudanças nos mecanismos de socialização / formação em nossa sociedade nas últimas décadas. A socialização no Brasil, há algumas décadas, era realizada por duas instituições básicas: a família e a igreja; ambas comungavam sobre a forma de ver e sentir o mundo, apoiadas em uma base moral comum, promovendo a devida mediação e interação com as classes sociais, com as diversas etnias e com os grupos culturais. Posteriormente, surgiu uma terceira instituição, a escola, cuja função, na perspectiva da socialização, seria a de reproduzir os seus valores. As mudanças em nossa sociedade, nas últimas décadas, promoveram uma verdadeira crise nessas instituições, e estabeleceram-se novas instituições formadoras / socializadoras. Examinemos algumas situações.

A família, com a saída da mulher/mãe para o mercado de trabalho², restringiu muito a sua capacidade e influência na formação dos filhos. Neste aspecto é importante destacar que a saída da mulher para o mercado de trabalho é um fator que consideramos positivo, no sentido da construção da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Observe-se, também, que a maior dedicação da mulher à formação / socialização dos filhos era uma forma própria da sociedade paternalista-machista, também

reconhecida como negativa e, portanto, carente de mudança. É importante salientar, por outro lado, que a alteração desta forma de organização familiar, não foi substituída por outra que expressasse conscientemente uma nova forma de socialização. Assim sendo, as tarefas de socialização da família foram sendo assumidas (principalmente na faixa de 0 a 6 anos) por instituições escolares, por empregados ou outros familiares. As creches, geralmente, cuidam bem das crianças, dão-lhes alimentação e até desenvolvem um conjunto de atividades pedagógicas, mas nem sempre estão preparadas para orientar o processo de formação / socialização de seus alunos. Os empregados não têm a mesma autoridade e, às vezes, nem compartilham das formas de ver e sentir o mundo dos pais dessas crianças e, geralmente, são transitórios na função. Por último, nas famílias de mais baixa renda, as crianças são relegadas ao cuidado de irmãos mais velhos ou parentes, os quais também estabelecem relações de socialização distintas das dos pais. Um processo multidirigido, estabelecendo espaços distintos de formação³.

É, igualmente, importante constatar que os pais das diferentes camadas sociais, têm aumentado e intensificado consideravelmente as suas jornadas de trabalho, reduzindo os períodos que passam com a família. E mesmo o tempo dedicado aos filhos é, cada vez mais, ocupado com atividades externas à casa, como compras, diversão e atividades sociais. O tempo vivido em casa está muito permeado pela indústria cultural, de forma que boa parte das vezes, as pessoas passam o seu tempo de convívio na frente da televisão. Nestes espaços não há propriamente uma interação entre pais e filhos e entres irmãos.

As igrejas e as religiões também reduziram os seus poderes de influência formadora, salvo a retomada de algumas igrejas de orientação pentecostal ou de alguns segmentos mais fervorosos das religiões mais tradicionais. Dessa maneira, muitos dos fiéis, embora continuem comungando dos princípios comuns, já não se orientam

mais pelos valores fundados nos dogmas religiosos, mas vivem as suas religiosidades de forma mais intimista e pessoal.

Assim, novas instituições formadoras / socializadoras passam a influenciar as novas gerações. Não pretendemos defender, a priori, nem os dogmas e tampouco os valores tradicionais, mas é preciso apontar o crescente poder de formação de valores sociais, fundados e veiculados por outros instrumentos, particularmente as mídias e os grupos culturais. A televisão, principalmente, aparece como o grande agente de veiculação de valores, enquanto os grupos sociais, particularmente os de jovens, ganham cada vez mais autonomia, sendo fortemente influenciados pela indústria cultural, a qual vem reforçando e reproduzindo esses valores. Por exemplo: os meninos que são “grunchs” cultivam valores distintos dos que são ou se influenciam pelos “metaleiros”, ambos com muita autonomia em relação aos valores de sua família, religião, classe social ou etnia. Tanto as mídias como os grupos sociais veiculam valores muito diferentes daqueles que pais e professores professam, valores esses que vão desde os tipos de alimentação até a exacerbação da violência e do sexismo.

Neste novo quadro a função da escola mudou e mudou muito. A escola passou a ser uma das instituições que disputa os rumos da formação / socialização das nossas crianças e jovens.

Então, ao constatarmos que muitos dos instrumentos de formação / socialização foram alterados, é preciso que a escola reflita e transforme a sua forma de agir, buscando dar conta da nova realidade. É também importante assumir que o processo de socialização que se dá na escola, às vezes é concorrente e distinto daqueles realizados por outras instituições. Assim, muitas vezes, os esforços escolares para construir os valores da fraternidade e da solidariedade, para formar condutas racionais e pacíficas para a solução de conflitos são contrapostos pela televisão,

por exemplo, que permite a um jovem de 15 anos já ter visto cerca de 15 mil assassinatos e 70 mil atos de violência, muitos deles em prol da suposta “defesa do bem ou da lei”. Contraposições como essa fazem com que crianças, não obstante os esforços das escolas, passem a valorizar mais a estética da violência, expressa na agressividade, do que o exercício da argumentação em prol de seus direitos ou razões. A disputa com as demais instituições ocorre também por condutas do cotidiano como, por exemplo, quando a escola se vê tendo que argumentar em prol de uma prática de alimentação saudável e natural, concorrendo com as mais diversas formas de marketing e merchandising, que estimulam o paladar para os produtos que provocam graves problemas de saúde, ou, no mínimo, uma alimentação muito irregular. Poderíamos, ainda, listar diversos outros temas, que são do conhecimento e convívio cotidiano dos professores.

A reflexão da escola sobre o perfil de ser humano e de sociedade que pretende ajudar a construir, continua sendo o mesmo tema, mas as condições em que se realiza são muito diferentes. Nesta reflexão, a proposta é partir da hipótese de que a escola tem que articular a ação da cognição e da constituição do conhecimento com a da formação dos valores. Na perspectiva da cognição, voltada para o tema que estamos examinando, é importante que o esforço escolar, entre outras coisas, constitua cinco elementos de cognição necessários para o exercício da cidadania e para a reflexão sobre a ação humana, quais sejam:

- a) a capacidade de conhecer e compreender o outro e a si mesmo;
- b) a capacidade de conhecer o meio social no conjunto das suas relações (com os indivíduos e grupos sociais) permeadas por contradições, diferenças e conflitos;
- c) a capacidade de argumentação;

- d) a capacidade de planejar e agir individualmente e
- e) a capacidade de planejar e propor ações coletivas.

Por último, a escola precisa construir práticas sociais e culturais no seu interior, que sejam capazes de:

a) constituir a identidade dos alunos e professores como um grupo social, pois é a partir da identidade com o grupo que as pessoas se abrem para os seus valores e motivações;

b) estabelecer um novo patamar de relação com a família. É importante não ficar mais responsabilizando a família pelo que ela deveria ter feito e não fez, mas fomentar, a partir da escola, elementos que promovam pelo menos lampejos de interação entre pais e filhos e entre aqueles e a escola;

c) A escola, ao mesmo tempo em que deve cobrar novas posturas da mídia, também tem que oferecer ao aluno programas e atividades de mídia que reforcem os valores a serem construídos, permitindo às crianças e aos jovens a possibilidade de acesso a algumas alternativas e condições de escolhas. Estas escolhas poderiam minimamente contrabalançar a superexposição a programas antipedagógicos e com valores muito ofensivos à própria condição humana. Tenho apontado que no interior da densa programação infantil e juvenil das TVs abertas, há diversos programas bons, que devem ser estimulados (e não apenas recomendados) pela escola.

As alternativas que apresentamos precisam de dois tipos de ação para se materializar: por um lado muitos estudos e pesquisas científicas para conhecer e desvelar esta realidade nova e complexa e, por outro, é preciso uma grande mudança de postura do professor, valorizando a experiência e o conhecimento produzidos por ele próprio e por seus colegas. Por isso, é importante que as boas (e também as más) experiências sejam sistematizadas e socializadas, inclusive como forma de mediatizar as

produções científicas e teóricas. Isto possibilitará a abertura de uma reflexão coletiva sobre a prática docente e o processo escolar.

Conclui-se, pois, que cada professor precisa se tornar um professor-pesquisador, aquele que busca instrumentos para conhecer a sua realidade e aplica as teorias como uma hipótese que vai sendo testada e aprimorada. O teste e o aprimoramento são formas de constituição de conhecimento pedagógico que devem ser sistematizados e socializados com os colegas.

A única receita possível está no professor; é na sua vontade de acertar e de realizar a sua utopia educacional que estão os instrumentos para testar e encontrar os caminhos da educação que se quer construir.

Notas

- 1 A noção de indivíduo remonta à Grécia Antiga. Considerando-se, porém, as limitações de espaço do presente trabalho, não vamos analisá-la.
- 2 Seja pela vontade própria da mulher seja por necessidades impostas pela nova dinâmica da vida material.
- 3 Podemos refletir a partir desta perspectiva de por que às vezes ótimos filhos acabam sendo péssimos alunos ou vice-versa.

VALORES NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: ENSINO OU FORMAÇÃO?

Marcos Cordioli

A resposta mais direta poderia ser: os professores formam valores quando transformam pessoas. Mas creio que só isto não basta. Por outro lado, também penso que não se faça possível uma demarcação clara entre uma coisa e outra.

A insistência em separar ensino de formação não se constitui num mero artefato teórico, mas retoma a necessidade de compreender as diferenças entre estas duas dimensões do processo educativo na organização do trabalho pedagógico, mesmo que muitas vezes caminhem juntas no cotidiano das instituições escolares. Mas, há situações em se conformam dois campos de ações pedagógicas distintas, que podem se desenvolver simultaneamente. Eu penso que são processo com identidades distintas, que, no limite, altera a identidade de todo o processo pedagógico.

A minha provocação, deve-se a práticas que vejo em muitas escolas nas quais as pessoas tende a incluir os valores e padrões de conduta como “mais alguns conteúdos” e com a natureza não distinta dos demais. Esta visão inclusive está presente na tradição curricular brasileira, pois desde de 1925 os valores e condutas constituíam uma disciplina a parte e geralmente associada ou articulada ao civismo (a antiga Educação Moral e Cívica).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, de certa forma, romperam esta tradição. A primeira versão dos PCNs, apresentou um documento denominado “Ética e convívio social”, distinto dos Blocos de Conteúdos (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Ensino da Arte, Educação Física, Ciências Naturais e História). Nas versões mais recentes, inclusive na definitiva foram nomeados de “Temas Transversais”. Portanto, os PCNs para o Ensino Fundamental apresentam dois programas, um de ensino (os Blocos de Conteúdos) e outro de formação de valores e condutas (os Temas Transversais).

A escola brasileira, no entanto, lidou mal com isto. Numa primeira fase, não foram poucas as escolas que incluíram disciplinas com a mesma denominação dos Temas Transversais (principalmente Ética, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual). Depois, ao perceberem que não se tratava de disciplinas passam a organizar os Blocos de Conteúdos através de temas geradores com os mesmo títulos dos Temas Transversais, organizando as atividades e seqüências didáticas com base nos temas da Ética, da Orientação Sexual etc.

As instituições escolares produzem belos trabalhos sobre orientação sexual, mas que tratam apenas do aparelho reprodutor humano, das formas de prevenção da gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis. Estudam as diferentes formas de reciclagem do lixo ou apresentam instigativas propostas para resolução de problemas sociais. Estas questões são importantes, mas pertencem ao domínio da disciplina de Ciências Naturais ou de Geografia. O seu estudo, sem dúvida, ajuda a formar valores ou a mudar condutas, mas não havendo ações dirigidas para isto, continuamos a ensinar, portanto no campo dos blocos de conteúdos e não a formar valores. As ações transversais precisariam se constituir de ações dirigidas com objetivos permanentes e reincidentes para que de fatos os alunos e alunas mudem posturas. Como no caso da orientação sexual, não se trata apenas de

“relações sexuais”, mas das formas como os alunos representam as questões sexuais e com se relacionam entre si, não no sentido estritamente sexual do termo. Os processos pedagógicos devem promover tanto apresentação de informações como também em constituir uma noção de prazer, de relacionamento entre pessoas, de concepção de afetividade etc.

As atividades de tipo “ensino” podem reforçar ou “abrir caminho”, mas não garantem isoladamente a formação de valores. Uma aluna, do curso de pedagogia, certa vez comentou que ao ensinar sobre valores para os seus alunos de primeira série ela ficava bastante frustrada, pois estas crianças respondiam corretamente (nas atividades por escrito e oral) o que eram os valores. No entanto ela percebia que estes alunos não praticavam estes (ou alguns destes) mesmos valores.

Cabe então perguntar: em que medida determinada atividade consegue atingir os alunos e como podemos avaliar estas mudanças? Em muitos casos, penso eu, os alunos aprendem a responder o que o professor deseja ou espera. Assim parece-me comum às situações em que alunos concordam com as posições dos professores, mas não chegam a internaliza-las.

Certa vez eu fui encarregado pelos colegas de submeter os alunos e alunas do colégio, em que trabalhava, a um questionário sobre participação em movimentos sociais. Por engano entreguei os questionários ao professor de geografia e de história de uma mesma turma da oitava série. Por alguma razão eles não avisaram o professor que já haviam respondido o questionário e tornaram a fazê-lo. Isto não me pareceu grave pelo contrário vi nisto até uma boa situação, pois poderia excluir os questionários respondidos de forma insatisfatória.

Mas fiquei muito surpreso ao perceber que a maioria da turma adotava dois discursos distintos, um para cada professor. Para um dos professores afirmavam que as

pessoas deveriam ir a luta, recusarem-se a ser exploradas etc. Para o outro as respostas estavam associadas à responsabilidade, a ordem, a legalidade. Em ambos os casos pareciam (e de fato o eram) que os professores falavam pelo texto dos alunos. Aqui está um caso em que os alunos “aprenderam” sobre valores mas não os internalizaram.

Mas isto não significa que não devemos falar sobre ou ensinar valores. Precisamos compreender que este processo tem um alcance formativo limitado, podendo evidentemente contribuir com os alunos que potencialmente tendem para aquele valor, em função de suas próprias concepções.

Vou propor algo um tanto perigoso – vamos ensaiar uma pequena tipologia para o ensino e/ou formação de valores:

[a] o professor trata de valores em sala de aula, mas os alunos não refletem estes valores;

[b] os alunos dizem concordar com as posições do professor, mas este percebe que isto não ocorre de fato;

[c] os alunos ficam sensibilizados, mas passando um certo tempo distanciam dos valores e condutas “aprendidos”;
e

[d] alunos que já estavam sensibilizados ou que o são fortemente influenciada pela atividade dirigida pelo professor internalizam o valor ou a conduta.

As atividades de tipo ensino – com explanação, análise crítica, exames de metáforas, por exemplo –, sobre valores até alteraram o comportamento imediato dos alunos, mas estas mudanças podem não se sustentar. Mas esta sensibilização pode vir a se constituir num processo formativo caso seja potencializado por outras atividades permanentes e reincidentes. Com isto refiro-me a

atividades dirigidas pelos professores que visam desestabilizar certos valores ou condutas ou então reforçar outros que ocorrem ao longo do processo escolar – daí o conceito de transversalidade. Muitas vezes não são atividades explícitas, mas indiretas, como atividades cooperativas. Outras vezes são atividades mobilizadoras como, por exemplo, a organização de campanhas para que as comunidades ou a escola passem a separar o lixo.

Ainda temos que examinar a situação de justaposições entre pontos dos blocos de conteúdos (ou disciplinas escolares) com itens dos Temas Transversais. Por exemplo, é comum ensinar sobre o sistema reprodutivo humano achando que está praticando o tema de orientação sexual; ensinar sobre preconceito em situações históricas como se tratasse da multiculturalidade. Embora as estas informações sejam importante para o tema transversal elas estão ligadas à disciplina de Ciências da Natureza ou de História, respectivamente. O referido tema transversal requer a problematização das condutas e valores sobre a sexualidade e discriminação, que pode necessitar dos pontos de disciplinas. Mas os resultados são distintos, pois aprender sobre o sistema reprodutivo não garante que as pessoas vão internalizar certos valores e condutas sobre a sexualidade. Já o processo formativo (e neste sentido transversal) para mudar valores pode requerer que se ensine sobre o sistema reprodutivo humano. Ainda um outro exemplo: ensinar sobre a Amazônia, poluição, desmatamento etc, não muda a cultura das pessoas para uma atuação preservacionista e não predatória da natureza e pode sensibilizar, mas efetivamente pode não formar valores ambientalistas.

A formação de valores e condutas se constitui num importante dilema pedagógico, pois está na essência de todo processo educativo. Portanto é necessário examiná-lo com intensidade pois sem ele não se produz os processos educativos.

Marcos Cordioli

Marco Radice, um escritor italiano, escreveu certa vez que é que muito difícil construir pessoas “novas” sendo uma pessoa “velha”. Ele mesmo dizia, que temos tantas marcas de nosso tempo que talvez não consigamos ser plenamente pessoas “novas” então devemos nos esforçarmos para sermos as últimas pessoas “velhas”.

Nós, professores e professoras, neste sentido, temos em maior ou menor grau, concepções ou práticas discriminatórias e preconceituosas, e, às vezes, até racistas. Ser professor ou professora não basta para nos livrar dos problemas do mundo e das contradições de valores. Nós somos seres concretos, ou seja, produto de nosso tempo e de nossos ambientes culturais. Sendo assim, temos um dilema que pode ser expresso da seguinte maneira: se o professor deve desenvolver ações formativas quem é que o forma, ou como ele se forma, enquanto sujeito deste processo?

A resposta para esta questão seguramente não é simples, mas podemos investigar alguns caminhos.

1. Os programas de qualificação profissional dos professores devem necessariamente abordar este tema. Não basta estudar ética ou temas que tratem de valores ou condutas! Não basta saber sobre tal ou qual assunto... é necessário que os valores e condutas efetivamente sejam incorporados a prática cotidianas dos professores e professoras em formação.

Abro um pequeno parêntese para relatar uma experiência pessoal. Certa vez, eu fui visitar uma instituição escolar, quando passava pela cancha de esporte pude assistir parte da aula de educação física. Vi adolescentes correndo sob forte sol e um deles (bastante obeso e suando muito), devido a sua condição, estava sendo humilhado verbalmente pelo professor, que pensava estar fazendo uma “pequena, inocente e carinhosa brincadeira”. Procurei o diretor da escola, um amigo, ao qual pude relatar o fato e solicitei para não repreender o professor e nem mesmo comentar o fato. Mas elaboramos algumas propostas para tratar do problema com o coletivo de docentes, no transcorrer das quais o próprio professor relatou algumas de suas práticas, reconhecendo o erro e se dispondo a mudar. Ao relatar este caso não quero de forma alguma identificar os problemas da discriminação com os professores de educação física (pelo contrário enquanto categoria parece ser a que mais tem discutido e atacado o problema), mas reconhecer que o fato das aulas desta disciplina ocorrerem em lugar aberto os deixam mais expostos, ao olhar visibilidade externo, do que os demais colegas.

2. Os professores e as professoras mais sensíveis a este problema devem atuar permanentemente junto aos seus colegas. Sempre apresentando, problematizando e criticando posturas e valores, como, por exemplo, mantendo a sala limpa após as reuniões, assumindo posturas de separação do lixo, e evidentemente não sendo e não permitindo preconceitos, etc. Estar sempre atendo a situações cotidianas, percebendo elementos discriminatórios em materiais didáticos, atividades, relações entre e com estudantes, conversas informais, piadinhas infames etc. Uma situação comum de discriminação é aquela que ocorre pela linguagem, pois é comum encontrarmos no vocabulário dos professores palavras como “judiar” (“o menino judiou do cachorro”, ou seja, fez com cachorro “o que se faz com judeu”) ou “negro” como depreciativo (“a situação está negra”, “ou uma

pessoa foi denegrada por outra”, ou seja, a situação “está como vida de negro”) entre muitos outros casos.

3. A firme ação dos professores e professoras sensíveis ao problema da discriminação agindo junto aos alunos pode produzir alguns resultados significativos possibilitando o questionamento de colegas docentes que adotam posturas discriminatórias. Eu conheço alguns casos de colegas que tiveram sérios problemas com isso, pois a partir de suas intervenções alguns outros professores e professoras passavam a ser questionados pelos alunos e alunas em comum. Muitas vezes o próprio professor ou professora se dava conta de que estava equivocado e mudava de posição, em outros casos acabava direcionando a sua ira ao colega que havia sensibilizado os e as estudantes. Pois a discriminação, em alguns casos, é inconsciente e ao ser percebida, a própria pessoa assume uma postura de mudança. Mas em muitos casos, nos quais há cristalização da discriminação o seu portador ou portadora pode abandonar o debate racional e partir para diversos níveis de conflito. Mas uma vez exposto o problema é mais fácil de tratá-lo.

Uma última observação sobre este ponto: alguns colegas foram acusados de não adotar posturas éticas ao se colocarem ao lado dos estudantes. Eu penso que ter uma postura ética, não é apenas defender supostos interesses corporativos dos professores e professoras em oposição aos educandos e educandas, mas é o de assumir as nossas posições, defendendo-as nas instancias legítimas. Assim, penso eu, devemos defende-las em reuniões de docentes, frente às coordenações, mas jamais utilizar mecanismos escusos como fofocas ou articulações à surdina.

Portanto, a tarefa dos professores e professoras é, ainda, mais ampla, e ocorre em duas difíceis frentes de intervenção: de um lado procurar avançar com os alunos e alunas, por outro atuar também em relação aos colegas. Esta última tarefa parece ser a mais difícil e morosa, mas é preciso apostar neste caminho, pois quem luta contra a

discriminação está imbuído dos mais humanos dos ideais e não é a oposição ou as dificuldades impostas por colegas que vai impedi-lo de seguir em frente.

Marcos Cordioli

Pergunta: O consumismo é uma prática comum em nossa sociedade, mas atualmente as questões sociais e ambientais têm recebido forte atenção da mídia e das organizações da sociedade civil. O resultado é mais informação e um número maior de pessoas dispostas a contribuir para um mundo mais justo e equilibrado. Onde o consumo consciente entra nessa história?

Resposta: O consumo consciente é uma cultura em formação, na qual a educação para o consumo exerce funções determinantes. Inicialmente cabe uma definição de consumo e consumo consciente.

O consumo nos últimos 50 anos foi ampliado astronomicamente em função de novas práticas das empresas produtoras e da cultura contemporânea, tais como: o surgimento do produto descartável e com a vida útil limitada; a ampliação indústria cultural que induz a modelos de vida e consumo; a versatilidade do desenvolvimento tecnológico que a cada dia nos oferecem mais e mais produtos; a diversificação de modos de compra; o desenvolvimento de novos métodos de propaganda para fazer as pessoas consumirem cada vez mais; a transformação de crianças e jovens em consumidores ativos com linha de produtos voltada exclusivamente para este público, alvo de campanha publicitárias cada vez mais arrojadas e eficazes para aumentar o consumo familiar.

No entanto, os mecanismos públicos de defesa do consumidor ainda estão engatinhando, nos fazendo

navegar desgovernadamente no mar revolto do consumo.

Pergunta: Como o consumo consciente ajuda na proteção do meio ambiente?

Resposta: A nossa sociedade está toda organizada para a produção, circulação e consumo de produtos. Desta forma, muitos produtos são depredadores das riquezas naturais, poluidores ou produtores de lixo. É importante o conhecimento destes processos para adotar posturas de renúncia ou redução do consumo destes produtos. Ou seja, uma moderação no consumo de alguns produtos ajudaria a natureza e obrigaria as empresas a encontrar soluções.

Por outro lado algumas empresas já adotam posturas preservacionistas, como a reciclagem de baterias de telefones celulares e o retorno de produtos usados ou embalagens. Tudo isto é importante e as pessoas devem aderir.

Pergunta: Que exemplos você poderia dar de atitudes responsáveis diante do consumo?

Resposta: Podemos arrolar varias ações, mas vamos nos limitar a citar algumas bem simples e que podem ser praticadas cotidianamente, contribuindo muito com a preservação ambiental. Alguns exemplos: preferir produtos a granel aos já embalados; preferir produtos que usem material reciclado em sua produção ou de empresas que têm uma postura ambientalmente correta; preferir bastão ou spray líquido ao invés de aerossóis; leve sua própria sacola para carregar as compras, evitando que mais plástico vá para o lixo. Da próxima vez eu for ao supermercado pode-se levar duas listas: a do que se deve e a do que não se deve consumir.

Pergunta: Como os pais podem orientar seus filhos, desde pequenos, neste sentido?

Resposta: Há vários caminhos para se educar para o consumo consciente e os pais têm papel central nessa formação. É importante destacar um aspecto

grave e urgente. Atualmente lazer e consumo estão muito integrados. Famílias programam passeios em *shoppings centers*, para olhar vitrines, perguntar preços e experimentar produtos sem a necessidade imediata de comprá-los. Isto cria o hábito de fazer das práticas de *consumo* um *lazer*. As crianças crescem como compradores compulsivos, passam a desejar dezenas de coisas que não poderão comprar, desenvolvendo o hábito do consumo freqüente e desnecessário.

Os *fast foods* compõem parte deste problema, pois muitos pais formam nas crianças, desde pequenas, hábitos alimentares desenvolvendo a fisiologia do gosto e constituindo os espaços e rituais alimentares (ambiente, decoração, formas de comer, brindes etc). Com as crianças pequenas, pode parecer divertido e prático. No entanto, mais tarde, será muito difícil alterar esses hábitos alimentares. Há conseqüências: obesidade, aumento do gasto familiar, tensão entre pais e filhos.

As visitas às lojas devem ocorrer apenas para a efetivação da compra e não necessariamente com a presença das crianças. As refeições em *fast foods* devem ocorrer como exceção e não como regra.

Pergunta: Que práticas as escolas podem adotar para contribuir para despertar essa responsabilidade diante do consumo?

Resposta: O consumo é conteúdo escolar e deve ser estudado. O assunto deve ser analisado entre os mecanismos das necessidades, dos desejos e das possibilidades, ou seja, do que é necessário, do que é desejado e do que é possível ser adquirido. E como decorrência, os mecanismos do consumo como a utilização das mídias no estímulo do consumo. Posteriormente estudar os efeitos do consumo sobre o planeta (poluição, depredação ambiental, acúmulo de lixo) e as possibilidades de consumo consciente. Também é necessário aprender a legislação e os mecanismos de defesa do consumidor. Por último, faz-se necessário que cada aluno e família faça uma auto-análise dos hábitos de consumo e sua relação com a real necessidade e orçamento familiar.

Pergunta: Diante da realidade de que a população mundial cresce a cada dia e de que, com isso, aumenta o consumo e o lixo gerado por ele, que perspectivas e soluções você imagina para os próximos anos?

Resposta: A reciclagem e redução do lixo são aspectos importantes da educação para o consumo. Um bom teste para compreender a dimensão do problema é o seguinte: quando chegar com a compra do supermercado retirar todas as embalagens desnecessárias e verificar a quantidade de lixo produzido. As pessoas, que ainda não repararam nesta situação ficam espantadas com o resultado. A relação entre lixo e consumo é evidente.

Neste sentido, você pode:

[a] Dar preferência a produtos que causem, na sua produção, danos menores ao ambiente e preferencialmente por empresas que comprovem que estão atuando para proteger a natureza;

[b] Optar por embalagens biodegradáveis e por lojas que aceitem as embalagens de volta;

[c] Maximizar o uso de produtos também é uma postura necessária: usar os dois lados do papel nas impressões, ampliar o período de troca dos produtos eletrônicos, roupas e móveis; reaproveitar embalagens;

Praticar a coleta seletiva do lixo;

[d] Dar destinação correta para produtos eletrônicos, baterias, vidro quebrados e produtos tóxicos;

[e] eUsar menos plástico;

[f] Economizar energia e água diariamente.

É necessário, portanto, procurar reduzir o consumo para níveis adequados e necessários para a vida humana, ou seja, mudar certos hábitos como responsabilidade para salvar o planeta.

A FORMAÇÃO DE VALORES E A QUESTÃO AMBIENTAL

Marcos Cordioli

Os conteúdos nas escolas brasileiras, geralmente, estão associados a saberes transmitidos e a habilidades de aprendizagem. As atividades docentes em sala de aula efetivam outros conteúdos, mas quer raramente são planejados ou registrados nos diários de classe. A formação de valores como de padrões de condutas estão, seguramente, entre estes conteúdos.

Os conteúdos curriculares, portanto, são mais amplos que as listas de saberes e temas de estudos presente na maioria das propostas curriculares e relatórios de classes dos professores. Os conteúdos são a “*porção da cultura escolarizada*”, sendo esta porção considerada relevante para a sociedade [Williams apud Veiga-Neto, 1995]. Assim, as ações docentes, além de constituir as condições para a aprendizagem abarcam as ações que ressignificam valores, que experienciam sentimento, que modelo linguagens, processos cognitivos etc [Cordioli, 2004].

A legislação pedagógica brasileira pós-LDB-EN de 1996, tratou de parte deste problema na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental [DCN-EN], instituída em 1998. No artigo Art. 3º inciso IV alínea b fixava as áreas de conhecimento e ainda determinava a necessidade de “Garantir a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o

meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura e as linguagens”

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental apresentadas a partir das DCN-EF institui a figura dos *temas transversais* (associada a formação de valores e padrões de conduta), modelo similar ao adotado no Estado Espanhol. Estas proposições passaram a compor dois campos de referência para a organização do trabalho pedagógico (tanto de conteúdos como de planejamento e avaliação): um associado aos saberes e as aprendizagens e outro a formação de valores [Cordioli, 1999].

Os valores e padrões de conduta, no entanto, continuam excluídos como conteúdos com lógicas próprias que requerem planejamentos, processos e instrumentos avaliativos próprios e peculiares (embora presente na legislação e enfaticamente defendidos nas propostas pedagógicas das escolas). Estes conteúdos, acreditam as escolas, seriam efetivados como resultantes de processos de aprendizagens. E na prática, efetivamente, são promovidos pelas prelações constantes sobre os temas, pelos educadores e educadoras. A diversidade cultural parece ser a mais grave das situações, pois estudam as diferenças étnicas, a composição diferenciada da população brasileira, novamente a mesma questão: são aprendizagens necessárias, porém não suficiente para a superação da discriminação e racismo (isto quando não ficam apenas em tópicos alegóricos como as contribuições de cada povo para a cultura brasileira, tais como as influências na língua, na culinária, na lavoura, etc).

A transversalidade, na prática, aparece ora como disciplina específica, ora como tema gerador ou ainda como problematização de projetos, mas, efetivamente, não é constituídas práticas pedagógicas específicas voltadas para as mudanças de comportamento, em particular, da resignificação de valores e de padrões de conduta, ou seja,

para realizar a transversalidade se faz necessário efetivamente mudar as pessoas [Cordioli, 2001].

A questão ambiental, tema deste ensaio, pressupõe a reflexão do modelo de sociedade em que vivemos (superação as populares de visões românticas na escola «de amor incondicional pela natureza») com a adoção de práticas concretas na vida cotidiana bem como ações políticas de grande envergadura. A formação de valores, na perspectiva da transversalidade, implica em práticas recorrentes e permanentes que mudem efetivamente a cultura dos educandos e educandas assim como das escolas que freqüentam [Cordioli, 2004]. Este tema transversal, no entanto, já produziu diversas experiências pedagógicas, cujo relato é impossível aqui, na forma e espaço que este breve ensaio permite, por isso, vamos abordar apenas a questão da reciclagem de lixo e materiais na escola, uma pequena, porém importante ação transversal.

A reciclagem de lixo e materiais escolares deve orientar as práticas seletivas no ambiente escolar, com a disponibilização nos pátio, secretarias e nas salas de aula de múltiplas lixeiras. Os resultados da coleta seletiva devem ser divulgados especificando os volumes recolhidos bem como os estágios das metas que devam ser alcançadas com esforços coletivos. Esta é uma medida necessária, pois, geralmente, a escola indica aos educandos e educandas e as suas famílias a seleção de rejeitos domésticos, mas não o praticam na própria instituição.

O material coletado deve ser separado em duas partes. Uma parte é o do material que deverá ser enviado para estações de reciclagem (caso o município não possua coleta pública seletiva de lixo, podem ser fixados acordos com carrinheiros ou empresas especializadas).

A outra parte do material coletado seletivamente deve ser reutilizado na própria escola e para uso cotidiano. Na maioria das vezes o material reciclado (como garrafas tipo

pet, latas e canudos de refrigerantes) é transformado em artesanato e, geralmente, descartados pelas famílias e acabam... no lixo (e o que é pior, muitas vezes no lixo comum). A escola deve adotar práticas como a reutilização de cartazes e folhas de papel (os cartazes que cumpriram o objetivo, ao invés de serem descartados, devem ser utilizados nas próximas atividades em seus versos, o mesmo pode ocorrer com as folhas de papel). Os porta-objetos (giz, lápis, papéis) podem ser construídos e utilizados nas salas de aula, pelos alunos com materiais reciclados; etc.

A segunda fase deve ser utilização adequada de produtos, como o uso intensivo (de lápis, canetas, folhas de papel e cadernos) e o uso racionado (de energia elétrica, água, guardanapos, descartáveis, etc.).

A escola ainda pode criar uma área de compostagem para rejeitos orgânicos (caso possua um espaço adequado para esse fim) e o utilizar como adubo de jardins ou hortas ou até mesmo disponibilizar para as famílias da escola.

A transversalidade pressupõe realizar no espaço escolar aquilo que a escola propõe para vida em casa e na sociedade, simples, mas, infelizmente, pouco efetivado.

Referências

- CORDIOLLI, Marcos. A transversalidade na formação de valores e padrões de conduta: algumas problematizações a partir e para além dos PCNs. I Jornada Internacional de Educação da Bahia. Livro da Jornada. Curitiba: Futuro, 2001.
- CORDIOLLI, Marcos. Para entender os PCNs: os temas transversais. Curitiba: Módulo, 1999.
- CORDIOLLI, Marcos. Reestruturação curricular: cultura e pertinência de conteúdos. Curitiba, Secretário de Estado da Educação do Paraná, 2004.


VEIGA-NETO, Alfredo. Culturas e currículo. Curso de extensão Teoria e Prática da Avaliação Escolar. Sertão (RS) UFRGS/ Conselho de Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais, 1995. Consultado na Internet no site <http://orion.ufrgs.br/faced/alfredo/sertao.htm> em 20/12/1999.

Nota do autor

O autor agradece:

1. a comunicação de erros.
2. opiniões sobre o texto, inclusive sobre passagens com redação inadequada.
3. o envio de textos dos leitores no qual o autor foi citado.

E-mail para contato: marcos.cordioli@gmail.com



**As publicações do selo A Casa de Asterion
podem ser livremente copiados digitalmente
ou por fotocopiadoras. No entanto, não
podem ser vendidos. Os autores
disponibilizam estas publicações como
esforço para a democratização da
informação e do conhecimento.**

A Casa de Asterion